

---

# RÍTMOS E FORMAS DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA TRANSIÇÃO DE SÉCULO: O QUE NOS MOSTRAM OS CENSOS POPULACIONAIS COMPREENDIDOS ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1930

---

António Candeias \*

---

*De acordo com os dados disponíveis e da sua interpretação possível, na década de 30 do nosso século, e cerca de noventa anos depois de a escolaridade obrigatória ser decretada, a sociedade portuguesa é ainda uma sociedade em que o mundo da escrita assenta, em parte, numa forma de alfabetização restrita, informal e dispersa, avessa à lógica de escolarização massificada já adquirida na maioria dos países europeus da época.*

## 1. As bases de que partimos

Este artigo surge na sequência de preocupações já antigas, no decorrer das quais nos fomos apercebendo que o que podemos chamar de atraso educativo português é antigo, singular e específico, visto que este atraso, já no século XIX e tendo como termo de comparação os países com que somos normalmente

---

\* Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa

associados, ou seja, os países europeus da bacia mediterrânica e alguns dos países do centro e leste da Europa, é perfeitamente visível.

Depois da estupefacção que os números comparados, e são muitos, nos foram causando, achamos que era importante aprofundar dois aspectos relativos a este tema: o da compreensão das suas causas, e o do estudo mais pormenorizado da sua tipologia, constituindo este último aspecto a temática fundamental deste artigo.

No que respeita à tentativa de compreender as causas históricas deste atraso, desafiámos e analisámos noutra ocasião (Candeias, 1994a; 1994b) as questões que normalmente estão associadas ao predomínio, desde o século XVI, de uma cultura baseada na escrita em detrimento de uma cultura baseada na oralidade.

As causas do disparo inexorável da escrita nas civilizações ocidentais estão, e ainda que discutidas ao pormenor (ver nomeadamente Archer, 1984; Green, 1990; Graff, 1991; 1995), geralmente assentes e aceites sem grandes correcções, passando pelos seguintes aspectos:

- a) relacionam-se com os ciclos *económicos* que acompanharam a expansão europeia a partir do século XVI, e de seguida a partir do século XVIII com o que se usa chamar de Revolução Industrial, ambos estes ciclos estando na origem de profundas mutações nos tecidos económicos políticos e sociais, dando origem a sociedades mais complexas e sofisticadas, com necessidades de gestão e de administração que acabam por potenciar a utilização crescente de uma forma de cultura escrita;
- b) com o entrelaçar entre a *Reforma Protestante e a Cultura das Luzes* que, de maneiras diferentes, se traduziu por uma racionalização e laicização das sociedades que além de terem potenciado a economia, foram criando uma ideia pertinaz de responsabilidade e protagonismo individual, a base da «cultura do cidadão», que necessitava em seu apoio do domínio do conhecimento através da leitura e da escrita;
- c) finalmente com a consolidação do *conceito de Estado Nação nos séculos XVIII e XIX*, que resultou na criação e aperfeiçoamento de aparelhos estatais com a função de, por um lado, inculcar uma base cultural uni-

versal unificadora e geradora de consensos, e por outro, legitimar os aspectos politicamente mais operativos de uma cultura dominante recente na época, a cultura burguesa industrialista que ainda hoje nos serve de referência.

A partir do século XIX, alfabetização e escola confundem-se cada vez mais, esta aparecendo como um instrumento fundamental de controlo e racionalização do que era necessário ensinar e inculcar, como um instrumento premonitório e preparador do que se gostaria que fosse o futuro: patriota, ordeiro, organizado, hierarquizado e capaz de adaptar o povo às rápidas transformações tecnológicas que passam a estar na base do aparelho produtivo.

Nenhum dos três aspectos antes focados, como estando na origem do fim de uma cultura de base oral, nos aparece isolado, entroncando-se num poderoso movimento de transformação das sociedades contemporâneas, um movimento com várias direcções e recheado de conflitos, mas em relação ao qual, e à distância, podemos conferir uma coerência histórica aceitável.

Analisando a forma que estas questões tiveram em Portugal, podemos constatar que a regra desenhada a partir do que se passou nos países do Norte e do Centro da Europa dificilmente se lhe aplica da mesma maneira e com os mesmos resultados.

Na verdade, a forma que a expansão portuguesa tomou, inteiramente diferente dos países para quem tal expansão constituiu um arranque decisivo das respectivas burguesias de comércio; o pouco ou nenhum impacto da Reforma na Península Ibérica, ao contrário do que sucedeu com a Contra Reforma, esta agindo como um movimento de pressão poderoso no sentido de estugar o passo à modernidade laica, iluminada e burguesa; a debilidade do aparelho industrial português no século XIX; a existência de fronteiras antigas e a inexistência de tensões étnicas ou religiosas que necessitassem de aparelhos construtores de uma «cultura nacional», constituíram-se em factores que parecem ter sempre dispensado a urgência de afirmação em termos modernos e sofisticados de uma cultura dominante, subalterna face aos centros de poder europeus, mas muito pouco questionada internamente, a força pública sendo suficiente em cada afloramento social mais grave.

Trata-se de explicações que foram aprofundadas noutros momentos (Reis,

1993; Candeias, 1994a), de explicações que, por serem muito gerais e quase doutrinárias, necessitariam do apoio de uma imersão histórica pormenorizada no século XIX português, o que ainda não foi conseguido, a tarefa ficando por hora, adiada.

## 2. Os objectivos fundamentais deste trabalho

Mas tão importante como conhecermos as causas de tal atraso, e eventualmente inserindo-se numa linha explicativa que poderá ter outros caminhos, é fazer o retrato pormenorizado da situação educativa portuguesa à luz dos documentos que existem, e que são frequentemente citados em segunda e terceira mão, não tendo muitos deles sido até à data interrogados e cruzados com a profundidade que acharíamos necessária.

Foi isto que fizemos para o período que vai da última década do século passado até aos anos trinta do nosso século, tendo a escolha deste período a ver com o seguinte:

- a) os dados anteriores a 1890, quando não escasseiam, tem lógicas e critérios de construção diferentes, tornando a comparação entre si difícil;
- b) é a partir de meados do século XIX que, na esteira da racionalização dos aparelhos de controle e de análise das populações, se constituem os primeiros procedimentos mais ou menos normalizados a nível estatístico e de inquérito no mundo ocidental (Sousa, 1995) de que o Censo de 1890 é a primeira afloração conseguida em Portugal, tal como o podemos atestar na Introdução a este mesmo Censo (*Introdução*, in *Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, 1896, pp. XIV-XXXII). De 1890 a 1930 a metodologia de construção dos Censos, que neste artigo assumem um papel central é, excepção feita a um pormenor do próprio Censo de 1890 a que mais à frente nos referiremos, rigorosamente a mesma.
- c) trata-se do período de consolidação do modelo escolar Ocidental, mais ou menos estatista e laico conforme as subculturas do ocidente, tendencialmente gratuito, massificado e sobretudo assente numa lógica de

Estado Nacional amadurecida nos meados e finais do século XIX. Por outras palavras, a cultura escrita, nos países do Ocidente, passa a partir de meados do século XIX por uma escola organizada pelos Estados, escola essa que substitui a pluralidade e relativa informalidade das formas de alfabetização características dos séculos anteriores.

Assim sendo, e baseados em Censos que cobrem 40 anos da vida portuguesa na transição do século XIX para o século XX, as questões que procuramos desvendar e melhor compreender encontram-se nos seguintes tópicos:

- a) ritmo de aquisição das competências de leitura e de escrita, segundo os vários grupos etários, essencialmente sendo coberto o grupo com idades compreendidas entre os 7 e os 54 anos;
- b) taxas de alfabetização da população jovem portuguesa, comparadas com taxas de inscrição ou frequência escolar;
- c) ritmos de aquisição das competências de leitura e escrita conforme o sexo.

Ou seja, os dados contidos nestes Censos permitem-nos, com alguma fidelidade, tomar o pulso ao estado de implantação de uma cultura escrita no Portugal do princípio do século, e as formas específicas que tal implantação tomava neste país.

Por outras palavras: aprendia-se a ler e a escrever em função de uma cultura institucionalizada que determinava idades e locais próprios para a aprendizagem da leitura e da escrita, ou aprendia-se a ler e a escrever em função das necessidades que a sociedade e o contacto com o mundo do trabalho determinavam? A análise das capacidades de leitura e escrita, por estratos etários, indicava-nos uma sociedade em que a escola se conseguia afirmar, ou tal afirmação era ainda muito residual? Neste período de 1890 a 1930, verifica-se um arranque da alfabetização feminina, ou pelo contrário a situação deteriora-se ou mantém-se com desigualdades notórias?

Antes de tentarmos responder a estas questões, gostaríamos apenas de lembrar que Portugal é um dos países da Europa que mais cedo parece institucionalizar o papel da escola: a escolaridade obrigatória entre nós foi introduzida

por lei na década de quarenta do século XIX. Assim sendo, a nossa questão fundamental poderia tomar outra forma: qual o resultado efectivo da introdução tão precoce da obrigatoriedade escolar, vista entre cinquenta e noventa anos depois de ser legislada?

Mas em primeiro lugar, uma palavra sobre os instrumentos em que nos baseámos neste artigo, ou seja, os Censos da População portuguesa.

### 3. Os Censos

Pensamos que se torna necessário e antes de entrarmos na análise dos Censos que constituem o fulcro do nosso trabalho, perceber que este tipo de instrumentos são típicos de um período de construção de uma determinada ideia de sociedade, que na esteira de Michel Foucault (1975), Louis Chevalier (1978) ou Luc Boltansky (1977), entre muitos outros, é caracterizada como uma sociedade dominada pela ideia de racionalização e de institucionalização que terá como um dos resultados a construção de mecanismos de controle que têm como alvo fundamental os estratos sociais subalternos, o «povo miúdo» e temido, sobre o qual pouco se sabe, e muito se imagina.

Inserem-se estes Censos, portanto, num movimento de integração das camadas sociais «marginais» numa ordem burguesa, num processo longo e dotado de outros instrumentos (a escola por exemplo), processo esse que conta com movimentos de resistência popular mais ou menos organizados conforme a penetração das ideias socialistas do século XIX, mas em que a espontaneidade por vezes apolítica não exclui o vigôr na resposta.

Como tal trata-se de um tipo de instrumento que dificilmente será visto com naturalidade por uma parte importante da população a quem se aplica, sendo as respostas sempre à partida respostas em que a dúvida tem vastas razões para se instalar.

De qualquer forma, estes Censos são instrumentos de trabalho, que analisados à luz do que antes dissemos, têm um lugar importante no processo de construção da História.

Como foi dito antes, estes Censos seguem, com algumas, poucas excepções, as mesmas metodologias de aplicação e análise dos Censos adoptados

por uma parte fundamental dos países Ocidentais, metodologias essas que são conformes às recomendações dos vários Congressos Internacionais de Estatística europeus e americanos a que os delegados portugueses assistem e em que tomam parte.

A base destes Censos é constituída por três instrumentos: o «boletim de fogos», o «boletim de embarcações» e a peça principal, o «boletim de família». Quer o «boletim de fogos» quer o «boletim de embarcações» são instrumentos correntes da administração portuguesa, o último tendo sido, na época, de introdução recente, e constituem a base onde se ancora o «boletim de família».

O «boletim de família» é uma das opções recomendadas pelo Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo, que diz o seguinte na sua 7ª resolução: «... a população de facto, que é o objecto do recenseamento, obtém-se por «boletins individuais», quando o grau de instrução do povo e as condições do país o permitem; no caso contrário, deve empregar-se o sistema de «boletim de família...» (in *Introdução*, in *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, p. XXII, Lisboa, 1896).

As informações que se pretende que constem neste «boletim de família» são as seguintes: «... as pessoas presentes ou temporariamente ausentes fazendo parte da família, e bem assim os que acidentalmente pernoitassem junto dela na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1890, com discriminação de nomes, sobrenomes e apelidos, relação para com o chefe de família, sexo, idade, estado civil, naturalidade (...), instrução (só ler, ler e escrever, analfabeto; para as crianças de 6 a 12 anos indicar se frequenta ou não a escola), religião, defeitos notórios (surdos-mudos, cegos, idiotas, alienados, distinguindo-se de nascença ou por moléstia adquirida), emprego, profissão, ofício, ocupação ou condição social, character do domicílio no lugar de recenseamento (ausente e transeunte), e finalmente se é naturalizado português...» (*Ibidem*: XIX).

Este será o protótipo do «boletim de família» até 1930, com uma excepção que nos interessa directamente: nos Censos seguintes, na rúbrica instrução, passar-se-á apenas a perguntar se se sabe ler e escrever, abandonando-se a pergunta relativa à inscrição das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos nas escolas. Como se verá pelos resultados comparados das taxas de instrução para as crianças abrangidas neste leque de idades no Censo de 1890 e nos seguintes, o abandono desta questão foi uma decisão sensata.

O lançamento destes Censos implicam uma organização que começa cerca de um ano antes, através do seu anúncio no «Diário do Governo» e por uma campanha de divulgação na Imprensa e junto dos prelados, muitos dos quais a ele se referem nas suas homílias, a que se segue, um mês antes da data de 30 de Novembro, a verificação e correcção a nível local dos «boletins de fogos» e dos «boletins de embarcações». Tudo isto implica a coordenação entre Governadores Civis, Administradores de Concelhos e de Bairros, mas a sua célula mais importante é a paróquia, que é subdividida por secções, «... em que só um agente recenseador pudesse no mesmo dia receber e verificar todos os boletins de família da respectiva secção...».

Na base encontram-se assim duas figuras fundamentais: o agente recenseador a quem cabe «... preencher os boletins de fogos ou embarcações, distribuir, recolher e verificar os boletins de família, e proceder ao seu preenchimento segundo as informações que lhe fossem prestadas, combinadas com o conhecimento próprio da respectiva família, todas as vezes que na casa não existisse quem soubesse ou pudesse escrever...»; e as «comissões paroquiais», compostas pelo pároco, regedor e «... outros indivíduos que deviam ter sido escolhidos de entre os mais conhecedores da povoação...» e a quem cabe examinar «... esrupulosamente os boletins entregues pelos agentes, verificando se foram omitidos alguns fogos, ou se nos boletins de família estavam relacionadas todas as pessoas da casa respectiva...» (*Ibidem*: XXXI).

Os agentes recenseadores devem ser da região, e são pagos a 5 reis por pessoa recenseada, tendo sido utilizados neste ano de 1890, 8 agentes. 124 destes cobriram a totalidade de Portugal Continental e «Ilhas adjacentes».

Toda esta operação tem o seu cume no dia 30 de Novembro com a entrega dos boletins e no dia 1 de Dezembro com a sua recolha e respectivo preenchimento por parte do agente, no caso dos que não sabem ler.

Ela é superentendida pela «Repartição de Estatística Geral da antiga Direcção Geral do Comércio e Indústria», coadjuvada pelas então recém criadas «Comissões Distritais de Estatística», e ao serviço destes recenseamentos são postos todos os funcionários públicos, num regime perto da requisição civil, que prestarão ajuda no caso de algo correr mal.

E se no ano de 1890, tudo parece ter corrido bem, já nos anos de 1911 e 1920, os incidentes multiplicaram-se, com uma administração desorganizada e

sobretudo com movimentos reivindicativos dos agentes recenseadores (ver *Introdução nos Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, 1913; e *Censo da População de Portugal-Dezembro de 1920*, Lisboa, 1923).

Nestes anos são os próprios funcionários dos serviços centrais de estatística que se descobrem a substituir alguns agentes recenseadores, o que atrasa todo o processo de algumas semanas, numa mobilização absolutamente feérica que deve ter levado gente ao esgotamento, mas que parece constituir uma demonstração de brio profissional, mencionada nos relatórios.

Em 1930, sinal dos tempos, tudo se passa na maior das ordens, e se há alguns incidentes, estes são apagados dos relatórios.

Esta descrição algo longa tornou-se necessária para respondermos a três questões:

- a) qual a credibilidade destes recenseamentos;
- b) qual o tipo de perguntas que são postas no que diz respeito à instrução;
- c) como se responde a esse pedido, ou por outras palavras, como são obtidas as informações relativas à instrução de cada um.

No que respeita à primeira questão, e na ausência de consulta da nossa parte de trabalhos que se refiram à análise específica de cada um destes Censos, algo a fazer logo que possível, todos os dados nos indicam que são credíveis com uma margem de erro semelhante a países com um grau de desenvolvimento similar ao de Portugal na altura, ou seja, países como a Grécia, Espanha, Itália, Rússia, algumas regiões do Império Austro Hungaro, etc.

A questão principal põe-se aqui nos graus de eficácia das administrações nacionais que certamente variam com circunstancialismos de ordem política local e temporal, com o grau de alfabetização dos povos, o grau de confiança das populações para com o Estado, o grau de confiança destas para com o agente recenseador, o seu brio, e sobretudo o grau de eficácia e honestidade das comissões paroquiais. Muitas variáveis, é um facto, mas nenhuma delas nos parece ser particularmente negativa para Portugal se comparada com os antes mencionados países europeus da Bacia Mediterrânica, dos Balcãs ou da Europa de Leste.

A leitura dos relatórios dos Censos dão-nos uma ideia de credibilidade que evidentemente nos pode enganar, mas o tom é de voluntarismo e brio patriótico posto ao serviço desta «nossa Democracia», o termo sendo corrente nos Censos de 1890, 1900, 1911 e 1920. Estes relatórios conseguem transmitir um «espírito de missão» recheado de escrúpulos e meticulosidade, a par da descrição, por vezes exaustiva, dos problemas com que se foram deparando na prossecução destes Censos, e a forma mais fácil ou difícil como tais problemas iam sendo resolvidos.

Sendo o que são, parecem-nos instrumentos que, certamente dotados de falhas, terão uma credibilidade semelhante a muitos documentos noutros domínios da história, noutros países. Em favor da sua credibilidade, veja-se o tom sempre exasperado e tenso com que estes relatórios se referem à educação, nunca nos ficando a impressão de que tentem minimizar o patente atraso educativo português em todo o período por eles coberto.

Quanto à segunda questão, ou seja, qual o tipo de pedido com que se procura responder ao grau de instrução das populações, difere do Censo de 1890 para os outros quatro Censos aqui referidos. Em 1890, pergunta-se às famílias se os seus membros sabem ler, se sabem ler e escrever, se são analfabetos, e para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, se estão inscritas na escola; nos Censos seguintes pergunta-se apenas se no agregado familiar as pessoas sabem ler e escrever ou se são analfabetas.

Acreditamos muito mais na eficácia da pergunta dos Censos de 1900, 1911, 1920 e 1930.

Em primeiro lugar, o Censo de 1890 é o único Censo em que a taxa de matrículas escolares coincide rigorosamente com o número de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos que declaram saber ler e escrever (ver à frente o Quadro 5); em todos os outros, esses números são sempre diferentes.

Em segundo lugar, dá-se algo na passagem de 1890 para 1900 que nos parece impossível: a taxa de alfabetização das crianças em idade escolar desce abruptamente, o que indica que em 1890 as pessoas mentiram: ou as crianças que estavam matriculadas na escola em grande parte não a frequentavam ou, de facto, não aprendiam a ler e a escrever.

Em terceiro lugar, sendo a escolaridade obrigatória para determinadas ida-

des, mesmo que tal obrigatoriedade se verificasse apenas na lei, o seu não cumprimento estava também sujeito a penalidades por parte do Estado, o que implica um começo de coacção tanto mais sentido quanto mais baixo se estiver na escala social.

Por outras palavras, se se queria compreender, com alguma dose de veracidade ainda que de uma forma imprecisa, o grau de contacto que o povo português tinha com a leitura e a escrita, parece-nos a nós que as perguntas a fazer seriam as que foram feitas nos Censos de 1900, 1911, 1920 e 1930, e não a que foi feita no Censo de 1890.

Quanto à terceira questão, ou seja, como são obtidas as respostas relativas ao grau de instrução de cada um, a solução é simples: perguntando-lhe!

O que isto quer dizer é que não havia nenhum mecanismo de controle institucionalizado para indagar da veracidade das respostas. No limite, alguns agentes mais escrupulosos podiam ter pedido provas do que se dizia sendo esta hipótese meramente académica e muito pouco provável. Mas haveria mecanismos de controle informais que passariam pelo conhecimento que o próprio agente recenseador teria das famílias a seu cargo, e em última instância, da comissão de paróquia, que poderia corrigir ou pelo menos duvidar de algumas respostas mais improváveis.

Desta forma, a imagem que temos sobre as competências alfabéticas do povo português neste período é a imagem que este nos quis dar, e nada mais parece possível de se obter ao nível de recenseamentos gerais e massificados de populações inteiras.

Trabalhar de outra maneira, pesquisar assinaturas e utilizações quotidianas das competências de leitura e escrita é algo que só pode ser feito, e tem-nos sido de facto, com populações pequenas, em estudos de caso cujas generalizações, sendo sempre interessantes, são também relativas, como nos testemunham os inúmeros casos de trabalhos deste tipo, desde os de François Fouret e Jacques Ozouf (Fouret, F. ; Ozouf, J. 1977), e em Portugal, os de Justino de Magalhães (Magalhães, 1994) e Rui Ramos (Ramos, 1988).

Assim, sendo os Censos o que são, vejamos o que nos podem mostrar.

#### 4. O que nos mostram os Censos da População Portuguesa entre os anos de 1890 e 1930

##### *4.1. taxas de alfabetização por grupos etários: elementos para a compreensão das formas de alfabetização da população portuguesa entre os anos de 1890 e 1930*

A primeira questão que releva de algum interesse, neste tipo de trabalho, é a comparação entre taxas de alfabetização globais, ou seja, de toda a população com idade superior a 6 anos com, por um lado, taxas de alfabetização das crianças em idade escolar (7-14 anos) e, por outro, taxas de alfabetização dos restantes grupos etários.

No quadro seguinte omitimos os resultados do Censo de 1890, pelas razões que antes enunciámos.

**Quadro 1**

*Comparação das taxas de alfabetização da população portuguesa, com idades iguais ou superiores a 7 anos, com as taxas de alfabetização dos grupos etários 7-14 anos (idade escolar), 10-14 anos, 15-19 anos, 20-24 anos, 30-34 anos, 40-44 anos e 50-54 anos.*

	1900	1911	1920	1930
Taxas de Alf. pop. igual ou maior de 7 anos	26%	31%	34%	38%
Taxas de Alf. 7-14 anos	20%	26%	31%	33%
Taxas de Alf. 10-14 anos	24%	32%	36%	42%
Taxas de Alf. 15-19 anos	29%	35%	40%	45%
Taxas de Alf. 20-24 anos	30%	35%	41%	44%
Taxas de Alf. 30-34 anos	30%	34%	37%	45%
Taxas de Alf. 40-44 anos	27%	30%	34%	39%
Taxas de Alf. 50-54 anos	22%	26%	30%	34%

Fonte: Censos de 1900, 1911, 1920 e 1930

Este quadro mostra-nos algumas coisas interessantes: em primeiro lugar, nos trinta anos que estes quatro Censos cobrem, as taxas de alfabetização das crianças em idade escolar, ou seja, entre os 7 e os 14 anos, são mais baixas que as taxas de alfabetização globais, e são as mais baixas até ao leque de idades dos 50-54 anos. No entanto, se tivermos em conta as taxas de alfabetização das crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, estas são superiores às das crianças em idade escolar e, a partir de 1911, são também superiores às taxas de alfabetização gerais.

À primeira vista este facto pode indicar-nos estarmos perante ou um arranque tardio em termos de idade no que diz respeito à aprendizagem da leitura e escrita, ou mesmo à aquisição destas competências num contexto desescolarizado, visto que provavelmente haverá menos crianças na escola no leque de idades 10-14 do que no leque de idades 7-14; ou mesmo a ambos os processos, ou seja, uma mistura de escolarização tardia e de alfabetização não escolarizada.

Sendo prematuro avançar conclusões, este tipo de discussão irá continuando à medida que mais dados forem sendo desfiados.

Assim, serão os leques de idades compreendidos entre os 15 e os 34 anos que nos aparecem com maiores percentagens de alfabetos, depois do que se assiste a uma lenta, a princípio, e depois abrupta descida até à classe de idade dos 50-54 anos, que conta com uma percentagem de alfabetização similar à da classe de idades 7-14 anos.

De notar que estas variações em percentagem de alfabetos, consoante a idade se aproxima da tipologia típica de países como a Itália e sobretudo a Espanha dos finais do século XIX, é profundamente diferente de países como a Bélgica ou a Áustria (Cipolla, s. d., ed. ori. 1966, p. 95), países em que alfabetização varia de uma forma contínua, e inversamente com a idade, a partir pelo menos dos dez anos. Porém, uma análise mais cuidadosa deste tipo de cifras, dá-nos indicações que corrigem em parte estas conclusões: se procurarmos os leques de idades que têm maior número bruto de alfabetizados, estes encontram-se entre os 10 e os 24 anos, com relevância para o grupo com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

De seguida e como era de esperar, todas as percentagens de alfabetização aumentam, lentamente, mas de uma forma constante, de 1900 a 1930.

**Quadro 2**

*Cifras referentes a recenseados e alfabetizados nas classes de idade com maior número de alfabetizados: entre os 15 e os 24 anos, nos anos de 1900, 1911, 1920 e 1930*

	1900	1911	1920	1930
<b>10-14 anos</b>				
Recenseados	580. 881	635. 966	682. 578	646. 267
Alfabetos	141. 606	204. 907	243. 122	269. 072
Nº de ordem dos alfabetos	2ª	1ª	2ª	3ª
<b>15-19 anos</b>				
Recenseados	515. 863	570. 481	627. 014	682. 779
Alfabetos	149. 751	202. 408	248. 755	303. 510
Nº de ordem dos alfabetos	1ª	2ª	1ª	1ª
<b>20-24 anos</b>				
Recenseados	465. 465	511. 517.	515. 709	625.635
Alfabetos	140. 030	178. 114	208. 377	273. 687
Nº de ordem dos alfabetos	3ª	3ª	3ª	2ª

Fonte: Censos de 1900, 1911, 1920 e 1930

Este quadro, em conjunção com o anterior, mostra-nos duas coisas fundamentais:

- a) Excepção feita ao ano de 1911, são as classes de idade, que em princípio estarão afastadas da escola, que demonstram mais capacidades alfabéticas por comparação com a faixa de idades de 10-14 anos, o que nos mostra que o movimento de leitura e escrita começado nestas idades continua com alguma pujança fora das idades abrangidas pela escolaridade obrigatória.

Este movimento verifica-se de forma mais clara, ainda que com variações de Censo para Censo, se construirmos aqui três pequenas coortes, de idades: as dos indivíduos que tinham 10-14 anos em 1900 e 20-24 em 1911, e as mesmas idades de 1911 para 1920 e de 1920 para 1930.

Na primeira destas três pequenas coortes de indivíduos, a de 1900 para 1911, perdem-se recenseados, mas ganham-se cerca de 36. 508 novos leitores numa percentagem aproximada de 20%; na segunda coorte de 1911 a 1920, perdem-se de novo recenseados e ganham-se 3. 477 novos leitores, uma percentagem de cerca de 2%; a terceira coorte, compreendida pela classe de idade de 10-14 anos em 1920 e 20-24 anos em 1930, ganha 30. 565 novos leitores, numa percentagem aproximada de ganhos de 12%. De qualquer forma, ainda voltaremos a esta questão com maior insistência, quando tratarmos das questões relacionadas com as coortes.

b) As cifras aqui apresentadas não correspondem às que apresentamos no quadro 1, em que a classe de idade dos 10-14 anos, e em percentagem, está definitivamente excluída das classes de idade mais alfabetizadas, sendo sempre suplantada pelo estrato de 30-34 anos, e encontrando-se próxima da classe etária dos 40-44 anos. Logo, as percentagens de alfabetos num determinado escalão de idades é diferente do número bruto de alfabetizados para a mesma faixa etária.

A primeira questão, a de que a aprendizagem da leitura e escrita é uma aprendizagem relativamente tardia e avessa à lógica das aprendizagens escolares, é-nos inequivocamente mostrada pelo quadro da página seguinte, que nos dá uma imagem dos graus de alfabetização das crianças de 9 anos de idades em comparação com as de 13 anos.

Este quadro parece-nos claro: a diferença nas capacidades de auto-atribuição da leitura e escrita entre as crianças com 9 anos de idade (que em princípio e respeitando os ritmos de escolarização normais, estariam na escola há dois ou três anos) e as crianças com 13 anos de idade, em todos os anos mencionados, nunca é inferior a 9%, sendo no ano de 1930 igual a 13%, com nítida vantagem para as classes de 13 anos. Por outro lado, se as percentagens médias no que se refere às capacidades de leitura das crianças de 13 anos, é sempre ligeiramente superior às mesmas capacidades do grupo etário 10-14

**Quadro 3**

*Varição das capacidades de leitura e escrita para as idades de 9 e 13 anos*

	1900	1911	1920	1930
<b>9 anos</b>				
Masc.	21%	26%	28%	30%
Fem.	15%	19%	26%	28%
Tot.	18%	24%	28%	30%
<b>13 anos</b>				
Masc.	32%	41%	40%	49%
Fem.	22%	30%	34%	38%
Tot.	27%	35%	38%	43%

Fonte: Censos de 1900, 1911, 1920 e 1930

anos, ela é sempre, e também ligeiramente, inferior ao grupo seguinte, o grupo etário 15-19 anos (ver Quadro 1).

Quanto à segunda questão antes levantada, ou seja, o facto de estratos de idade mais avançados apresentarem percentagens altas relativamente às capacidades de leitura e escrita, tais percentagens, sendo reais, explicam-se por dois factores: as taxas de mortalidade e, sobretudo, as taxas de emigração, que atingem de uma forma desigual os públicos alfabetizados e não alfabetizados, encontrando-se aqui provavelmente a razão para as diferenças e semelhanças nas variações do alfabetismo com a idade que, por comparação com a tipologia apresentada por Carlo Cipolla, caracterizam o caso português.

Para melhor compreendermos esta questão, reparem-se nos Quadros 4 (a, b, c, d, e, f), que apresentam o seguimento de duas coortes populacionais: a coorte relativa às pessoas que teriam em 1890 uma idade compreendida entre os 10 e os 14 anos até terem em 1930 entre 50 e 54 anos; e a coorte relativa às pessoas que, tendo em 1900 uma idade compreendida entre os 10 e os 14 anos, teriam no ano de 1940 a idade de 50-54 anos.

**Quadro 4**

*O seguimento de duas coortes populacionais:*

- a) Evolução das taxas de alfabetização das pessoas nascidas entre os anos de 1876 e 1880, que terão em 1890 idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, até atingirem em 1930 idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos, com as diferenças assinaladas segundo o género.

<b>1890: recenseados 10-14 anos</b>	<b>São declarados alfabetos</b>	<b>Percentagem de alfabetização</b>
Total. 522. 336 Masc. 270. 624 Fem. 254. 212	147. 090 90. 652 56. 430	28% 34% 22%
<b>1900: recenseados 20-24 anos</b>		
Total: 465. 336 Masc.: 216. 995 Fem.: 248. 470	140. 030 84. 282 55. 748	30% 39% 22%
<b>1911: recenseados <sup>1</sup> 30-34 anos</b>		
Total: 391. 345 Masc.: 177. 160 Fem.: 214. 185	131. 611 78. 558 53. 053	34% 44% 25%
<b>1920: recenseados 40-44 anos</b>		
Total: 339. 747 Masc.: 153. 119 Fem.: 186. 628	113. 884 68. 516 45. 368	34% 45% 24%
<b>1930: recenseados 50-54 anos</b>		
Total: 317. 830 Masc.: 143. 997 Fem.: 173. 883	107. 676 66. 502 41. 174	34% 46% 24%

Fonte: Censos de 1890, 1900, 1911, 1920 e 1930

<sup>1</sup> A população de 1911 não é a que temos seguido desde 1890 e que continuaremos a seguir a partir de 1920. Na verdade, a Revolução Republicana atrasou o Censo de 1910, relegando-o para o ano de 1911, retomando-se depois a regra de proceder ao recenseamento no último ano de cada década. Desta maneira, as pessoas que, em 1890 se encontravam no leque de idades compreendidos entre os 10 e os 14 anos, teriam em 1911 entre 21 e 25 anos. Os números foram-nos sempre dados nos Censos em intervalos de 20-24 e 25-29 sendo esta cifra introduzida para efeitos de regularidade,

E D U C A Ç Ã O  
S O C I E D A D E  C U L T U R A S

b) Perdas de população da coorte de 1890-1930 devido a emigração ou morte.

De 1890 a 1900	de 10-14 anos a 20-24 anos	Perca de População Global (p. p. g.) – 11%
		Perca de população Masculina (p. p. m.) – 19% Perca de população Feminina (p. p. f.) – 2% Perca de População Alfabetizada (p. p. a.) – 5%
de 1900 a 1911	de 20-24 anos a 30-34 anos	p. p. g. – 16%
		p. p. m. – 18% p. p. f. – 14% p. p. a. – 6%
de 1911 a 1920	de 30-34 anos a 40-44 anos	p. p. g. – 14%
		p. p. m. – 14% p. p. f. – 13% p. p. a. – 13%
de 1920 a 1930	de 40-44 anos a 50-54 anos	p. p. g. – 6%
		p. p. m. – 6% p. p. f. – 7% p. p. a. – 5%

c) Perda de população global da coorte que em 1890 tinha idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos e que em 1930 tinha idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos e perda de população alfabetizada no mesmo período de tempo.

Global.....	39%
Masculino.....	47%
Femino.....	32%
Global Alfabetizado.....	27%

com a presunção de que os dados referentes às idades de 21-25 anos não serão muito diferentes dos que se referem às idades de 20-24 anos.

- d) Evolução das taxas de alfabetização das pessoas nascidas entre os anos de 1886 e 1890, que terão em 1900 idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, até atingirem as idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos no ano de 1940, com as diferenças assinaladas segundo o género.

<b>1900: Recenseados 10-14 anos</b>	<b>São declarados alfabetos</b>	<b>Percentagem de Alfabetismo</b>
Total: 580. 881	141. 606	24%
Masc.: 295. 286	85. 929	29%
Fem.: 285. 095	55. 678	19%
<b>1911: Recenseados <sup>2</sup> 20-24 anos</b>		
Total: 511. 517	178. 116	35%
Masc.: 233. 247	100. 488	43%
Fem.: 278. 270	77. 628	28%
<b>1920: Recenseados 30-34 anos</b>		
Total: 392. 845	147. 063	37%
Masc.: 175. 380	84. 441	48%
Fem.: 217. 465	62. 622	29%
<b>1930: Recenseados 40-44 anos</b>		
Total: 377. 365	147. 002	39%
Masc.: 172. 401	88. 111	51%
Fem.: 204. 964	58. 891	29%
<b>1940: Recenseados 50-54 anos</b>		
Total: 346. 166	133. 769	39%
Masc.: 154. 011	76. 759	50%
Fem.: 192. 115	57. 010	30%

Fonte: Censos de 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940

<sup>2</sup> Ver nota anterior.

e) Perdas de população da coorte de 1900-1940 devido a emigração ou morte

<b>De 1900 a 1911</b>	<b>de 10-14 anos a 20-24 anos</b>	<b>p. p. g. – 12%</b>
		p. p. m. 21% p. p. f. 2% p. p. a. + 21%
<b>de 1911 a 1920</b>	<b>de 20-24 anos a 30-34 anos</b>	<b>p. p. g. – 24%</b>
		p. p. m. 25% p. p. f. 22% p. p. a. 18%
<b>de 1920 a 1930</b>	<b>de 30-34 anos a 40-44 anos</b>	<b>p. p. g. – 4%</b>
		p. p. m. 2% p. p. f. 6% p. p. a. 0%
<b>de 1930 a 1940</b>	<b>de 40-44 anos a 50-54 anos</b>	<b>p. p. g. – 8%</b>
		p. p. m. 11% p. p. f. 6% p. p. a. 9%

Fonte: Censos de 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940

f) Perdas de população global para a coorte que em 1900 tinha idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos e que em 1940 tinha idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos e perda de população alfabetizada no mesmo período de tempo.

Global.....	40%
Masculina .....	48%
Feminina .....	33%
Global alfabetizada.....	6%
Global alfabetizada entre 1911 e 1940 .....	25%

Estes quadros parecem-nos verdadeiramente interessantes, e deslindam um pouco mais os segredos da alfabetização portuguesa neste período de tempo.

Em termos de percentagem de alfabetizados por grupo etário, parece claro, no seguimento destas duas coortes, que os valores mais altos são atingidos depois dos 30 anos: na coorte de 1890-1930, as classes de idade com maior percentagem de alfabetos encontram-se entre os três grupos de idade mais avançada - 30-34, 40-44 e 50-54, todos com valores mais ou menos idênticos; na coorte de 1900-1940, as maiores percentagens de alfabetos encontram-se nos grupos de idade dos 40-44 e 50-54 anos.

De qualquer forma, uma análise mais fina de tudo isto dá-nos outro tipo de informações.

Em primeiro lugar, as duas coortes têm comportamentos distintos: enquanto na primeira coorte o número máximo de alfabetizados é atingido na classe de 10-14 anos para a partir daí, e em termos brutos, decair sempre, na segunda coorte este número máximo só é atingido no grupo de idades dos 20-24 anos, e apenas atinge um valor inferior ao do grupo de 10-14 anos na faixa etária de 50-54 anos. Por outras palavras, no que se refere à coorte de 1900-1940, as classes de idades compreendidas entre os 20-24 anos e os 40-44 anos, têm cada uma maior número bruto de alfabetos recenseados do que a classe de idade dos 10-14 anos.

Tendo em conta as pequenas coortes de idades que trabalhamos antes, ou seja, as que se referem ao quadro 2, pensamos que o comportamento, pelo menos de algumas das coortes seguintes, seria equivalente ao referido no quadro 2, ou seja, o ganho constante de sujeitos alfabetizados, em termos brutos, e também como viemos a verificar, em percentagem, da classe de idade dos 10-14 para a classe de idade dos 20-24.

Assinale-se aqui como as taxas de mortalidade, mas sobretudo as taxas de emigração, contribuem para confundir tudo isto se nos ativermos apenas a percentagens de alfabetos por grupos de idades: a perda de população global da 1ª coorte, entre 1890 e 1930, é de 39%, enquanto a perda de alfabetizados na mesma coorte é de 27%, o mesmo acontecendo, de maneira diferente, mas porventura com mais intensidade, na coorte de 1900 a 1940.

Ou seja, emigra mais ou/e morre em maior número quem tem menos habilitações; morre menos ou permanece mais no território pátrio quem tem mais

habilitações, o que explica o aumento constante das taxas de alfabetização com a idade da população residente.

Claro se torna também que uma das classes de idade que mais emigra, a compreendida pelos sujeitos de sexo masculino com idades entre os 10 e os 24 anos, é uma das classes de idade que menos alfabetos perde, tornando-se claro que a emigração é quase exclusivamente analfabeta, o que ajudará de uma forma determinante a subida em percentagem (e por vezes em números absolutos) da taxa de alfabetização das idades superiores. Num dos casos, na coorte de 1900, na transição dos 10-14 para os 20-24 anos, ganha-se inclusivamente mais 21% de alfabetos o que, além de corroborar o que antes dissemos, mostra também que este período de 14-24 anos parecia ser ainda um período de aquisição de novos letrados. Trata-se de uma lógica de alfabetização tardia e não conforme com o modelo de escolarização que se começa a implantar em meados do século passado e que se arrasta nos nossos dias.

Mas repare-se num outro aspecto: se nos sub-períodos analisados referentes às populações mais jovens, as perdas globais de população são sempre muito superiores às perdas de população alfabetizada, estas cifras aproximam-se, nos dois Censos, nas duas coortes, para o período de 1911 a 1920. Por outras palavras, na década 1911-1920, emigram quase tantos alfabetos como analfabetos, o que sem dúvida teria a ver com um tipo de emigração relacionada com a reação por parte de classes sociais mais altas (e portanto mais literatas), à Revolução Republicana e à instabilidade social que se lhe segue, agravada ainda com a entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial.

Emigra-se mais quando se é jovem, dos 10 aos 34 anos, a não ser quando acontece algo de específico que incremente tal emigração, como se dá com a coorte de 1890 que (com uma idade entre os 29 e os 44 anos), atravessa uma década de instabilidade como a de 1910-1920 em Portugal. Emigra-se também de forma diferente conforme a idade: com idades entre os 10 e os 24 anos emigram jovens de sexo masculino, solteiros, sendo mínimas as taxas de emigração femininas nessa idade; a partir dessa idade, ou seja, dos 20-24 anos para os 30-34, ou com maior razão ainda se o movimento se estender acima destas idades, as baixas no recenseamento de homens e de mulheres são equitativas. Por outras palavras, emigra-se em família.

#### 4.2. Alfabetização e escolarização

Pensamos que para começar, e na continuidade da discussão da relação entre ritmos de alfabetização e ritmos de escolarização que temos, ainda que informalmente, levado a cabo nos pontos anteriores, impõem-se um quadro que procure, de acordo com as estatísticas disponíveis, proceder a uma comparação ano a ano, entre o número de crianças que são dadas como estando matriculadas nas escolas elementares, e o número de crianças dos 7 aos 14 anos que nos Censos são dadas como sabendo ler e escrever. É evidente que esta comparação terá que ser temperada, visto que não nos encontramos em face de grupos homogêneos. A idade de 7-14 anos excede o leque de idades que se encontrariam na escola elementar, uma escola com a duração de 3 anos até 1910 e de quatro anos nos anos seguintes. Seria então previsível, se nos encontrássemos perante uma sociedade já escolarizada, que o número de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos que declaram saber ler e escrever, fosse superior ao das crianças que se encontram escolarizadas no grau elementar. Como veremos, nesta época, em Portugal, tal lógica não é um dado adquirido (ver Quadro 5).

O primeiro dado a reter daqui é a improbabilidade dos valores relativos ao Censo de 1890: na verdade, das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos que declaram saber ler e ler e escrever, em número de 236. 572, se se subtraírem os 16. 800 que declaram saber apenas ler, (in *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, p. 2 e 3, Vol. II, Lisboa, 1896) ficamos com um número de 219. 772 crianças que são quase exactamente as crianças que estão inscritas na escola. Em nenhuma outra data esta coincidência se verifica, pelo que será de deduzir que os organizadores dos censos confundiram alfabetização com matrículas. De resto duas questões a frisar:

- a) A primeira refere-se ao facto de não parecer haver uma lógica estabelecida entre o número de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos que declaram saber ler e escrever nos Censos, e o número de crianças que ou estão matriculadas ou frequentam as escolas elementares portuguesas entre 1900 e 1930.

**Quadro 5**

*Comparação entre o número de alunos matriculados nas escolas elementares portuguesas, tais como nos são indicados no Censo de 1864 (ano lectivo de 1863/64); nos Anuários Estatísticos de 1892 (ano lectivo de 1888/89), de 1900 (ano lectivo de 1899/1900), de 1927 (ano lectivo de 1925/26); nas estatísticas sobre o Ensino Primário Oficial editadas pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística-Repartição Central, 1910-1915 (ano lectivo de 1911/12) e 1915/1916 a 1918/1919 (ano lectivo de 1918\19), com os valores sobre alfabetização que nos são dados pelos Censos de 1890, 1900, 1911, 1920 e 1930, para a faixa etária dos 7-14 anos*

<b>Número de alunos dados como matriculados ou frequentando as escolas elementares portuguesas (públicas e privadas)</b>	<b>Número de crianças (7-14 anos) dadas como sabendo ler ou ler e escrever segundo os Censos disponíveis</b>
1863/1864 – 99. 256 (e.p. +e.pri.) (matriculados)	
1888/1889 – 219. 299 (e.p. +e.pri.) (matriculados)	1890 – 236. 572
1899/1900 – 231. 239 (e.p. +e.pri.) (matriculados)	1900 – 187. 395
1910/1911 – 252. 699 (e.p.) (frequentam)	1911 – 267. 962
1916/1917 – 338. 300 (e.p.) (matriculados)	
1918/1919 – 243. 822 (e.p.) (frequentam)	1920 – 333. 812
1925/1926 – 316. 888 (e.p.) (matriculados)	
1930/1931 – 422. 812 (e.p.) (matriculados)	1930 – 356. 525

Na verdade, em 1900, são mais as crianças que estão inscritas na escola elementar do que aquelas que declaram saber ler e escrever, sendo a diferença de 43. 844. O mesmo volta a acontecer em 1930, sendo aqui a diferença de 66.

287 crianças, uma diferença temperada pelo facto de os números relativos a crianças inscritas nas escolas particulares não serem tidas em conta para este ano.

Poder-se-ia compreender estes números pelo facto de crianças que estivessem nas primeiras classes declararem não saberem ainda ler ou escrever, mas tal deveria ser compensado pelo facto de o universo de idades dos alunos matriculáveis nos três primeiros anos de escolarização ser menor do que o universo de idades 7-14.

Já os anos de 1911 e 1920, nos apresentam valores mais coincidentes com uma lógica de escolarização, em que as crianças, com idades entre os 7 e os 14 anos que declaram saber ler e escrever, suplantam o número de crianças matriculadas nas escolas elementares.

Mas aqui repare-se nos valores dados pelo Censo de 1920, em que são dadas como sabendo ler e escrever, entre os 7 e os 14 anos, 333. 812 crianças, para apenas 243. 822 que no ano de 1918/1919 frequentam a escola elementar, e mesmo com as 316. 888 que em 1925/1926 estão matriculadas na mesma escola. Mesmo percebendo-se os terríveis efeitos que a «gripe pneumónica» teve nos anos de 1918/19, a recuperação em termos de efectivos escolares, deste ano para 1925, parece ter sido extremamente lenta.

Mas mais do que tudo, e o ponto seguinte melhor ilustrará o que afirmamos, estes valores, em conjunto, parecem indicar-nos uma sociedade em que a lógica de escolarização é ainda extremamente débil, confusa, à mercê de grandes variações conjunturais, e indicando-nos a permanência de lógicas de alfabetização pré-modernas, completamente distintas do que se passava nas sociedades do Centro que, na sua maioria, se encontravam na segunda ou terceira geração escolarizada.

- b) Assim sendo, a segunda questão que este quadro nos suscita é a da expansão, em termos numéricos, da escola elementar portuguesa, que, por uma questão de pudor, nos impedimos de chamar de «escola de massas».

Na verdade, se analisarmos o período que vai de 1864 a 1930, o número de crianças matriculadas nas escolas elementares portuguesas passa de 99. 256 para 422. 812, correspondendo a uma quadruplicação desse número, o que em

si é notável. Se, no entanto, tivermos como valor de referência o ano de 1890, vemos que, desse ano para 1930/1931, ou seja, em quarenta anos, tal aumento não chega a duplicar, o que mostra os limites quantitativos da expansão escolar portuguesa dos primeiros trinta anos do nosso século.

### 4.3. Escolarização e género

A assunção de uma escola de massas, portadora de igualdade de oportunidades para todos, implica uma diminuição das diferenças tradicionais na escolarização entre rapazes e raparigas até à obtenção da homogeneidade dos públicos infantis escolarizados, independentemente do sexo.

Todos os dados nos indicam não ser este o caso em Portugal nesta altura, pelo que o problema se porá de outra forma: neste espaço de tempo de 40 anos, nesta entrada no século XX, tais diferenças de alfabetização, face aos estratos de idades escolarizáveis, mostra tendências para diminuir?

O quadro seguinte dá-nos algumas indicações a este respeito.

**Quadro 6**

*Percentagem de rapazes e raparigas de 8 e de 14 anos,  
dados como sendo capazes de ler e de escrever*

	1890	1900	1911	1920	1930
<b>8 anos</b>	Masc.: 33%	Masc.: 14%	Masc.: 17%	Masc.: 24%	Masc.: 21%
	Fem.: 24%	Fem.: 10%	Fem.: 13%	Fem.: 20%	Fem.: 18%
	<b>Dif.: 9%</b>	<b>Dif.: 4%</b>	<b>Dif.: 4%</b>	<b>Dif.: 4%</b>	<b>Dif.: 3%</b>
<b>14 anos</b>	Masc.: 31%	Masc.: 32%	Masc.: 40%	Masc.: 42%	51%
	Fem.: 20%	Fem.: 22%	Fem.: 30%	Fem.: 34%	39%
	<b>Dif.: 11%</b>	<b>Dif.: 10%</b>	<b>Dif.: 10%</b>	<b>Dif.: 8%</b>	<b>Dif.: 11%</b>

Fonte: Censos de 1890, 1900, 1911, 1920, e 1930

Estes resultados, que podem ser confirmados pelos quadros onde as percentagens de alfabetização diferenciada de rapazes e raparigas são apresentados (nomeadamente o Quadro 3) mostram-nos dois aspectos:

- a) se as diferenças de percentagem de alfabetizados em idades baixas é também relativamente baixa, ela aumenta sempre à medida que as idades aumentam;
- b) esta tendência mantém-se sem alterações nos quarenta anos cobertos por esta pesquisa.

Assim sendo, parece claro que o destino de vida diferente de rapazes e raparigas afirma-se também em relação ao seu contacto com o mundo das letras, não conhecendo inflexões de monta nestes primeiros trinta anos do nosso século. Os dados parecem indicar que, se as diferenças face à escolarização entre rapazes e raparigas são reais, será perante as exigências do mundo exterior à escola que as atitudes se acentuam, com os tipos diferenciados de socialização exigindo esforços de alfabetização também diferenciados para rapazes e raparigas, algo que permanece inmutável nestes primeiros três decénios do século XX em Portugal.

## 5. Conclusões

Este trabalho não poderá senão ser um começo para uma investigação de maior porte que, sobretudo, se jogue em espaços de tempo mais prolongados.

A conclusão a que poderemos chegar, com os dados de que dispomos, é a de que, em Portugal, a socialização massiva das crianças no espaço escolar, a alfabetização generalizada de rapazes e de raparigas, a predominância clara de um modo de alfabetização institucional sobre um modo de alfabetização informal e disperso, por outras palavras, a tomada a cargo pelo Estado de uma parte fundamental da educação das crianças portuguesas, não é atingida nestes primeiros trinta anos do século XX, sendo preciso procurar mais à frente no tempo a solidificação de uma sociedade perenemente assente num modo de cultura escrita.

A realidade com que deparamos neste princípio de século é a de uma sociedade de transição, uma sociedade que se move lentamente, vinda de tempos assentes num modo de alfabetização restrito, informal e decidido em função das necessidades laborais e de vida das crianças e adolescentes, para uma sociedade em que a Escola é imposta pelo Estado em função das pretensas necessidades do colectivo. Por outras palavras, em 1930, cerca de noventa anos depois de a escolaridade obrigatória ser decretada, a sociedade portuguesa é ainda uma sociedade não escolarizada, em que o mundo da escrita assenta, em parte, numa forma de alfabetização restrita, informal e dispersa.

Correspondência: António Candeias, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Rua Jardim do Tabaco, 44, 1100 Lisboa

## **Bibliografia**

### ***a) Fontes oficiais utilizadas***

- Anuário Estatístico de Portugal, 1892. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.  
Anuário Estatístico de Portugal, 1900. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907  
Anuário Estatístico de Portugal, 1927. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.  
Anuário Estatístico de Portugal, 1932. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933  
Estatística de Portugal, População. Censo no 1º de Janeiro de 1864. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.  
Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.  
Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.  
Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.  
Censo da População de Portugal, Dezembro de 1920. Lisboa: Imprensa Nacional, Direcção Geral de Estatística, 1923.  
Censo da População de Portugal, Dezembro de 1930. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.  
Ensino Primário Oficial, 1910-1915. Lisboa: Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística-Repartição Central. Imprensa Nacional, 1919.  
Ensino Primário Oficial, 1915-1916 a 1918- 1919. Lisboa: Ministério das Finanças, Direcção geral de Estatística-Repartição Central, Imprensa Nacional, 1923.

VIIIº Recenseamento geral da população no Continente e ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional, 1945.

**b) Fontes bibliográficas citadas**

- ARCHER, M. (1984) *Social origins of Educational Systems*. Londres: Sage Publications
- BOLTANSKY, L. (1977) *Prime education et morale de classe*. La Haye: Mouton.
- CANDEIAS, A. (1994 a) A situação educativa portuguesa: raízes do passado, dúvidas do presente, in *Análise Psicológica*, 4 (XI): 591-607.
- CANDEIAS, A. (1994 b) *Educar de outra forma: A Escola Oficina Nº1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CHEVALIER, L. (1978, ed. ori. 1958) *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris: Librairie Générale Française.
- CIPOLLA, C. (s. d, ed. ori. 1969) *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*. Lisboa: Editora Ulisseia, livros Pelicano.
- FOUCAULT, M. (1975) *Surveiller et punir-naissance de la prison*. Paris: Ed. Callimard.
- FURET, F. ; Ozouf, J. (1977) *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- GRAFF, H. (1991, ed. ori. 1988). *The legacies of literacy. Continuities and contradictions in Western culture and society*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- GRAFF, H. (1995 ed. ori 1987) *Os labirintos da alfabetização. Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- GREEN, A. (1990) *Education and state formation. The rise of Educational Systems in England, France and the USA*. Londres: The Macmillan Press Ltd.
- MAGALHÃES, J. (1994) *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação.
- RAMOS, R. (1988) «Cultura de alfabetização e cultura de analfabetismo em Portugal: Uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, 24, 103-104: 1067-1145.
- REIS, J. (1993) «O analfabetismo em Portugal no século XIX. Uma interpretação», *Colóquio Educação e Sociedade*, 2: 13-40.
- SOUSA, F. (1995) *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.